

Decreto-Lei n.º

71/2025, de 06/05

<u>link</u>

news 166

Altera o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, que define

no âmbito do subsistema de proteção familiar.

e regulamenta a proteção na eventualidade de encargos familiares

Completa a transposição da Diretiva (UE) 2022/431, relativa à proteção

junho 2025

do CAAD, bem como a súmula da doutrina administrativa produzida pela AT neste período e, ainda, alguns outros assuntos de interesse. Por fim, junta-se a agenda fiscal para junho e julho de 2025.

A presente newsletter contém a síntese da atualidade legislativa publicada em maio de 2025, da jurisprudência do TC e STA, do TJUE e

Descrição

Actualidade Legislativa Interna **Diploma** Diário República Anexo

Diário da República n.º 86/2025,

Série I de 06/05/2025

<u>link</u>	Decreto-Lei n.º 72/2025, de 06/05	Diário da República n.º 86 Série I de 06/05/2025	6/2025,	dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho e altera o Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro.
<u>link</u>	Decreto n.º 7/2025, de 09/05	Diário da República n.º 89 Série I de 09/05/2025	9/2025,	Aprova o Acordo no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar relativo à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha das áreas além da jurisdição nacional, adotado em Nova Iorque, em 19 de junho de 2023.
<u>link</u>	Portaria n.º 219- A/2025/1, de 12/05	Diário da República n.º 90 Suplemento, Série I de 12		Procede à primeira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos «Apoio ao Desenvolvimento de Uma Indústria Ecológica», aprovado em anexo à Portaria n.º 160/2024/1, de 7 de junho.
<u>link</u>	Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2025/A, de 19/05	Diário da República n.º 98 Série I de 19/05/2025	5/2025,	Segunda alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2023/A, de 1 de agosto.
<u>link</u>	Portaria n.º 227/2025/1, de 20/05	Diário da República n.º 90 Série I de 20/05/2025	6/2025,	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos «Arquivos Digitais dos Órgãos de Comunicação Social e Radiodifusão Televisiva».
<u>link</u>	Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2025/M, de 23/05	Diário da República n.º 99 Série I de 23/05/2025	9/2025,	Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2025.
<u>link</u>	Portaria n.º 232- A/2025/1, de 23/05	Diário da República n.º 99 Suplemento, Série I de 23		Estabelece o regime específico dos apoios a conceder ao abrigo do artigo 78.º do Regulamento (UE) 2021/2115, no que se refere à intervenção C.5.5 «Acompanhamento técnico especializado — Intercâmbio de conhecimento», do domínio C.5 «Conhecimento», do eixo C «Desenvolvimento Rural» do PEPAC no continente.
<u>link</u>	Portaria n.º 234/2025/1, de 26/05	Diário da República n.º 100/2025, Série I de 26/05/2025		Alteração das Portarias n.os 134/2015, de 18 de maio, 199/2015, de 6 de julho, 201/2015, de 10 de julho, 274/2015, de 8 de setembro, 150/2016, de 25 de maio, 188/2016, de 13 de julho, e 229/2016, de 26 de agosto.
<u>link</u>	Portaria n.º 234- A/2025/1, de 26/05	Diário da República n.º 10 Suplemento, Série I de 26		Terceira alteração à Portaria n.º 193/2021, de 15 de setembro, que estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável aos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, recebidos da União Europeia a título de empréstimos.
<u>link</u>	Portaria n.º 240/2025/1, de 27/05	Diário da República n.º 101/2025, Série I de 27/05/2025		Estabelece o regime específico dos apoios a conceder no que se refere à tipologia C.4.1.3, «Restabelecimento do potencial produtivo», da intervenção C.4.1, «Gestão de riscos», do domínio C.4, «Risco e organização da produção», do eixo C, «Desenvolvimento rural», do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal).
<u>link</u>	Portaria n.º 242/2025/1, de 29/05	Diário da República n.º 103/2025, Série I de 29/05/2025		Procede à definição do universo dos sujeitos passivos de imposto sobre o valor acrescentado abrangidos pela declaração periódica automática.
Juri	sprudências			
	rudência TC + STA			
Anexo	Acórdão	Diário República	Descrição	
<u>link</u>	Acórdão (extrato) n.º 311/2025, de 23/05	Diário da República n.º 99/2025, Série II de 23/05/2025	o Rendimen de 31 de dez correção mo	stitucional a norma ínsita no artigo 50.º do Código do Imposto sobre to das Pessoas Singulares (CIRS), na redação da Lei n.º 83-C/2013, zembro, na parte em que não prevê a aplicação dos coeficientes de enetária ao valor de aquisição de partes sociais abrangidas pela alínea b) artigo 10.º do CIRS detidas há mais de 24 meses.
<u>link</u>	Acórdão (extrato) n.º 331/2025, de 28/05	Diário da República n.º 102/2025, Série II de28/05/2025	Extraordinár n.º 83-C/201 de 31 de dez elementos d	stitucional o artigo 2.º, alínea d), do regime jurídico da Contribuição ia sobre o Setor Energético (CESE), criada pelo artigo 228.º da Lei 3, de 31 de dezembro, em vigor em 2022 pelo artigo 6.º da Lei n.º 99/2021, zembro, na parte em que determina que o tributo incide sobre o valor dos o ativo a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º, da titularidade das pessoas e integram o setor energético nacional, com domicílio fiscal ou com sede,

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça <u>link</u> n.º 5/2025, de 12/05

Acórdão do

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

link

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

Supremo Tribunal

Administrativo n.º

4/2025, de 29/05

Diário da República

Diário da República

n.º 90/2025, Série I

Diário da República

n.º 91/2025, Série I

Diário da República

n.º 85/2025, Série I

Data de decisão

05/05/2025

02/05/2025

07/05/2025

13/05/2025

08/05/2025

13/05/2025

07/05/2025

08/05/2025

06/05/2025

12/05/2025

14/05/2025

14/05/2025

05/05/2025

09/05/2025

07/05/2025

08/05/2025

02/05/2025

06/05/2025

06/05/2025

02/05/2025

03/05/2025

09/05/2025

03/05/2025

06/05/2025

de 05/05/2025

de 13/05/2025

de 12/05/2025

de 29/05/2025

n.º 103/2025, Série I

	Acórdão do Supremo
<u>link</u>	Tribunal de Justiça

<u>link</u>	Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 348/2025, de 28/05	Diário da República n.º 102/2025, Série I de 28/05/2025

Jurisprudência Comunitária (Fiscal)

Acórdão do TJUE, C 278/24,

"Acórdão do TJUE, C 602/23,

de 30/04/2025 - Finanzamt für

Acórdão do TJUE, processo C

782/23 de 15/05/2025 - «Tauritus»

1009/2024-T

1031/2024-T

1034/2024-T

1145/2024-T

1279/2024-T

1314/2024-T

1350/2024-T

1356/2024-T

1391/2024-T

20/2025-T

973/2024-T

1006/2024-T

1024/2024-T

1186/2024-T

1363/2024-T

296/2024-T

424/2017-T

1322/2024-T

1188/2024-T

1219/2024-T

1291/2024-T

944/2024-T

1209/2024-T

949/2024-T

1011/2024-T

1018/2024-T

1108/2024-T

1185/2024-T

Diário República

n.º 75/2025-XXIV

n.º 78/2025-XXIV

n.º 79/2025-XXIV

n.º 16051/2025, de 14/05

n.º 16052/2025, de 26/05

n.º 20280/2025, de 16/05

n.º 25069/2025, de 19/05

n.º 25070/2025, de 27/05

Assunto

Artigo

10°

53°

86°-A

2°

3°

10°

10°

10°

10°

21°

72°

99°-F

2°

2°

2°

2°

2°

2°

6°

6°

8°

9°

90

9°

9°

9°

9°

9°

9°

9°

9°

9°

9°

16°

16°

18°

18°

19°

20°

21°

21°

21°

21°

21°

Verba 2.37

Verba 2.5

21°

15°

041-A

Verba 1.1.5

Verba 1.6.4

Verba 2.17

Verba 2.27

Verba 2.6

Verba 2.6

Verba 5.2.1

5°

15°

15°

Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 35/2025,

de 24/03 - Declarações de Atividade

Banco de Portugal - cibersegurança

CNC - divuga os modelos atualizados

de demonstrações orçamentais e financeiras

Diretiva (UE) 2025/872 do Conselho de 14

Portal das Finanças - Notas de cobrança

Recomendação (UE) 2025/1099 da Comissão

ao CIVA

localizados em território nacional.

localizados em território nacional.

Descrição

da fiscalidade.

Esclarecimentos

Portal das Finanças - Nota Informativa

Bdp reforça aposta na cooperação para a cibersegurança

Nos termos do n.º 5, do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março.

Serviço de apoio direto ao Setor Privado e PMEs na esfera da aplicação das sanções

6.2025

Altera a Diretiva 2011/16/UE relativa à cooperação administrativa no domínio

Relativa à definição de pequenas empresas de média capitalização.

Venda de malha para confeção de peças de vestuário a SP estabelecidos noutros EM, cujos

confecionadores que procedem à sua transformação, por indicação do adquirente, se encontram

controlo de peso.

de 30/04/2025 - Genzyński

Documento

n.º 7/2025, de 13/05

Acórdão do Tribunal

Constitucional n.º

269/2025, de 05/05

Jurisprudência CAAD Anexo **Imposto Processo**

UAB

IMT

IRC

IRC

IRC

IRC

IRC

IRC

IRC

IRC

IRC

IRS IRS

IRS <u>link</u> **IRS** <u>link</u>

IRS <u>link</u>

IRS <u>link</u> **ISV** <u>link</u>

IVA <u>link</u>

IVA

<u>link</u> **IVA IVA** <u>link</u>

Outros <u>link</u> Outros <u>link</u>

Selo

Selo

Selo <u>link</u>

Selo

Instruções administrativas

Despacho da SEAF

Diploma

<u>link</u> Despacho da SEAF Despacho da SEAF <u>link</u> Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Informações Vinculativas

Imposto

CIRC

CIRC

CIRC

CIRS

CIRS

CIRS

CIRS

CIDE

<u>III IK</u>	CIRS
<u>link</u>	CIRS

CIRS

CIRS

CIRS

CIVA

<u>link</u>	CIVA
<u>link</u>	CIVA
<u>link</u>	CIVA

<u>link</u> **CIVA CIVA** <u>link</u> **CIVA** <u>link</u> CIVA <u>link</u>

CIVA <u>link</u> **CIVA** <u>link</u> **CIVA** <u>link</u> <u>link</u> **CIVA**

CIVA

CIVA

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

link

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

CIVA <u>link</u> **CIVA** link **CIVA** <u>link</u> **CIVA** <u>link</u>

CIVA <u>link</u> **CIVA** <u>link</u>

CIVA

CIVA

Kong

EBF

Lista I

RITI

RITI

RITI

Outros assuntos

Assunto

de Abril de 2025

do IMI

VERBOCHAVE · Consultoria, Lda.

EU Sanctions Helpdesk

de 21 de maio de 2025

ADT Portugal-EUA

ADT Portugal- Hong

CIVA <u>link</u> **CIVA** <u>link</u> **CIVA** <u>link</u> <u>link</u> **CIVA** <u>link</u>

CIVA CIVA

CIVA <u>link</u> **CIVA** <u>link</u> **CIVA** <u>link</u> <u>link</u> **CIVA**

<u>link</u> **CIVA**

CIVA <u>link</u>

Importação de matérias primas destinadas a transformação - direito à dedução
Contratos de prestação de serviços para escritórios / contrato de utilização de espaço em galeria comercial Direito à dedução
Aquisição de veículos automóveis para competição, transformados e utilizados para difundir a publicidade dos clientes da empresa.
Direito à dedução - despesas de utilização de viatura parcialmente afeta a fins profissionais
Direito à dedução na aquisição de uma viatura "pick-up" com cinco lugares
Exclusões do direito à dedução do IVA suportado na aquisição de veículo ligeiro de passageiros p transporte de funcionários
Produção de Filmes, de Vídeos e de Programas de Televisão - Direito à dedução de despesas de refeições, alojamento e transporte/viagens
Verba 2.37 da lista I anexa ao Código do IVA - venda isolada de baterias e inversores utilizados, exclusivamente, em sistemas solares fotovoltaicos
IVA - Verba 2.5 lista II
Pensões de sangue
Tripulante de Navio de Tráfego Internacional - Competência de tributação da remuneração
Remuneraçã Convencional do Capital Social - Efeitos fiscais da redução do capital social, quand tenha havido sucessivos aumentos do capital social

Enquadramento, em sede de IVA, de serviços prestados por canil municipal
Instalação de sistema de rega: fora do âmbito de aplicação da regra de inversão do sujeito passivo nos serviços de construção civil - artigo 2º, nº 1, alínea j) do Código do IVA
Inversão do Sujeito Passivo - Sistemas de Alarmes de Intrusão
Montagem e fornecimento de cozinhas, incluindo os equipamentos-Regra de inversão do sujeito passivo de IVA nos serviços de construção civil
Serviços de construção civil a executar no âmbito de empreitada de obras públicas contratados por empresa pública ao abrigo de contrato de concessão celebrado com Município
Cidadão holandês residente em Portugal que leciona online em universidades estrangeiras e orienta teses de mestrado de alunos estrangeiros.
Ensino de condução de motos de rali em circuitos de terra batida a clientes da UE e fora da UE.
Cedência de infraestruturas (rede de águas residuais) a empresa pública no âmbito de contrato de parceria
Atividade de formador/ lições ministradas sobre matérias de ensino escolar ou superior
Atividade de formador/ lições ministradas, no âmbito de cursos EFA e FMC.
Cedência de exploração de estabelecimento comercial - Minimercado
Enquadramento da cobrança de uma quota anual e de custos de participação - Renovação da informação prestada no âmbito do pedido n.º 19449.
Enquadramento de serviços de hipnoterapia, efetuados no âmbito da atividade de naturopatia.
Enquadramento dos serviços prestados no âmbito da atividade de mediador artístico e cultural.
Enquadramento, em sede de IVA, de contrato de cedência de espaço em Parque Logístico e serviços associados, e exercício do direito à dedução.
Isenção da operação de facultar a terceiros uma plataforma online para validar os beneficiários de apoios no acesso a medicamentos e gerir diversas medidas de comparticipação de medicamentos.
Locação de prédios rústicos
Prestações de serviços efetuadas por organismos sem finalidade lucrativa que explorem estabelecimentos ou instalações destinados à prática de atividades desportivas a pessoas que pratiquem essas atividades; Organização de rallys
Quotas faturadas aos condóminos (proprietários residenciais e empresariais)
Serviços de gestão de fundo de investimento - Aquisição a entidades terceiras de serviços de management

IRC – Contrato de mútuo. Acordo de Transação. Indemnização por incumprimento. IRC de 2020 e EBF- Retenção na fonte. Organismo de Investimento Coletivo. Liberdade de circulação de capitais. IRC. Retenção na fonte. Organismo de investimento colectivo. Violação do Direito da União Europeia. IVA – "Bónus de quantidade" – Prazo para regularização de dedução de IVA IVA – Contribuição Extraordinária sobre a Indústria Farmacêutica ("CEIF"); IS - Inexistência o facto tributário suscetível de ser tributado em sede de Imposto do Selo (IS). Imposto do Selo - Artigo 4.°, n.º 1 do Código (IS); Territorialidade; Cash pooling. IS – Intempestividade de Pedido de Revisão Oficiosa. Exceção dilatória. Descrição Prorrogação do prazo para envio do SAF-T Flexibilização de prazos Prorrogação de prazos - IMI e entrega da declaração mod. 22 de IRC Disponibilização na net de nova versão consolidada do Ato de Execução do CAU (AE-CAU). Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a utilizar de 1 a 30 de Junho IRC - n.º 12 do artigo 18.º - Gastos com benefícios com pensões dadas a grupos restritos de trabalhadores ou de membros de orgãos sociais e gastos/desvios atuariais relativos a beneficios pós-emprego. IVA - Alterações ao artigo 41.º do Código do IVA - Decreto-Lei n.º 49/2025, IVA – Verba 1.12 da Lista I anexa ao Código do IVA - Produtos sem glúten Alienação onerosa de imóvel HPP de dependentes - reinvestimento Reinvestimento do produto de realização resultante da alienação de prédio em propriedade total com andares ou divisões suscetíveis de utilização independente em que uma das divisões constituía a Habitação Própria Permanente na aquisição de outro imóvel com o mesmo destino Regime excecional de resgate de PPR sem penalização no ano de 2023 de subscrição efetuada em dezembro/2022 - artigo 6º da Lei nº 19/2022, de 21/10

olica	Descrição
olica rie II	Julga inconstitucional a norma ínsita no artigo 50.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), na redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, na parte em que não prevê a aplicação dos coeficientes de correção monetária ao valor de aquisição de partes sociais abrangidas pela alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRS detidas há mais de 24 meses.
ilica érie II	Julga inconstitucional o artigo 2.°, alínea d), do regime jurídico da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE), criada pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, em vigor em 2022 pelo artigo 6.º da Lei n.º 99/2021, de 31 de dezembro, na parte em que determina que o tributo incide sobre o valor dos elementos do ativo a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º, da titularidade das pessoas coletivas que integram o setor energético nacional, com domicílio fiscal ou com sede, direção efetiva ou estabelecimento estável em território português, que, em 1 de janeiro de 2022, sejam concessionárias das atividades de transporte, de distribuição ou de armazenamento subterrâneo de gás natural.
olica érie I	Acórdão do STA de 29 de Abril de 2025, no Processo n.º 1255/19.2BELRA — Pleno da 2.ª Secção. Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: O artigo 52.º, n.º 2, alínea b), do Código do IRS, na redação introduzida pelo artigo 2.º da Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro, deve ser interpretado no sentido de que a lei presume que o valor real da transmissão de ações ou outros valores mobiliários não cotados em bolsa é o que lhe corresponder, apurado com base no último balanço, ficando ressalvada tanto a possibilidade de a Administração Tributária considerar valor superior, quando considere fundadamente que é o valor real, como a possibilidade de o sujeito passivo demonstrar que o valor real é inferior ao ali previsto.
olica rie I	«O prazo de prescrição do procedimento pelo crime de fraude fiscal qualificada, p. e p. no artigo 104.º, n.º 2, al. a), do RGIT, com utilização de facturas fraudulentas (as designadas "facturas falsas") inicia-se no momento da entrega da correspondente declaração à administração fiscal.».
olica rie I	«1 — O apuramento do capital devido ao segurado, ao abrigo do contrato de seguro desportivo, por situação de invalidez permanente parcial, nos termos do artigo 16.º, alínea d), do Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro — determinado em função do grau de incapacidade fixado e tendo como parâmetro o montante mínimo de capital previsto no citado artigo 16.º, atualizado nos termos do artigo 18.º (ou superior, se contratualmente acordado) —, resulta da multiplicação da percentagem do grau de incapacidade fixado pelo montante desse capital, independentemente do valor do dano efetivo sofrido pelo lesado. 2 — A cobertura do contrato de seguro mencionado no ponto 1 não abrange a reparação dos danos não patrimoniais sofridos pelo segurado».
olica rie I	Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 2 do artigo 26.º-A do Regulamento das Custas Processuais, aditada pela Lei n.º 27/2019, de 28 de março, na interpretação segundo a qual o tribunal não pode dispensar o depósito do valor integral do valor das notas justificativas quando o considere excessivamente oneroso ou arbitrário.
olica érie I	Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 44.º, n.º 2, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, na interpretação segundo a qual, para efeitos da determinação dos ganhos sujeitos a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativos a mais-valias decorrentes da alienação onerosa de bens imóveis, ali se estabelece uma «presunção inilidível».
Descriç	ão
— Regula conselho Inexistên	destinadas a garantir a cobrança exata do IVA — Dívida de IVA de um sujeito passivo amentação nacional que prevê a responsabilidade solidária do antigo presidente do de administração do sujeito passivo — Exoneração da responsabilidade solidária — cia de culpa — Pedido de declaração de insolvência — Existência de um único credor — analidade — Igualdade de tratamento — Direito de propriedade — Segurança jurídica».
Legislaçã OICVM -	no de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) — Personalidade jurídica — o nacional que não atribui personalidade jurídica aos OICVM — Transparência fiscal dos – Tratamento fiscal dos organismos estrangeiros comparáveis aos OICVM, mas dotados nalidade jurídica — Caráter equiparável de uma situação transfronteiriça com uma interna»
Método d	e determinação do valor aduaneiro — Artigo 70 ° — Valor transacional — Mercadorias

IRC. Retenção na fonte. Organismo de investimento colectivo. Violação do Direito da União Europeia.

IMT – Isenção prevista no artigo 7°. do CIMT; Isenção prevista no art.º 270°.

fiscais. O ónus de verificação dos pressupostos de uma isenção automática.

do CIRE. Convolação de isenções. O carácter automático dos benefícios

IRC — Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) — Conceito legal

IRC - derrama estadual e derramas regionais das Regiões Autónomas

Método de determinação do valor aduaneiro — Artigo 70.° — Valor transacional — Mercadorias

importadas com base num preço de compra provisório — Preço final dependente de diversos

fatores desconhecidos na data da aceitação da declaração aduaneira.»

de criação de postos de trabalho.

IRC – tributação autónoma sobre ajudas de custo

da Madeira e dos Açores.

Tema

OIC não Residentes – Retenções na Fonte – Discriminação e Violação 05/05/2025 da Livre Circulação de Capitais – arts. 22.º, n.ºs 1 a 3 e 10 do EBF e 63.º do TFUE. IRC. Retenção na fonte. Organismo de investimento colectivo. 02/05/2025 Violação do Direito da União Europeia. IRC. Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI). Atividade económica de transformação. Criação de postos de trabalho. Despesas com 07/05/2025 transferência de tecnologia. IRS: Mais-valias imobiliárias. Revogação do acto de liquidação. Inutilidade superveniente da lide. Incompetência material do tribunal. 02/05/2025

Responsabilidades pelas custas. IRS. Mais-valias. Revisão oficiosa. Erro imputável aos serviços IRS – Pedido de revisão oficiosa (artigo 78.°, n.º 1, da LGT) – Erro imputável aos serviços -IRS - Isenção das remunerações de tripulantes de navios e embarcações -DL n.º 92/2018, de 13 de Novembro - Tonnage Tax

IRS. Mais-valias imobiliárias. Reinvestimento. Domicílio fiscal. Habitação própria e permanente. IRS. Residentes não habituais. Pedido de inscrição como RNH. ISV – Artigo 8° do Código do ISV – Veículo automóvel híbrido plug-in usado proveniente de outro Estado-membro da UE **IVA**

por erro de direito – arts. 98.°, n.° 2 e 16.°, n.° 6, alínea b) do CIVA IVA – obras de reabilitação urbana redução de preço. Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR); competência dos tribunais arbitrais; legitimidade. Contribuição Sobre o Setor Bancário (CSB)

Absolvição da instância. Imposto do Selo; artigo 7.°, n.° 1, alínea d), do CIS; verba 10 TGIS; constituição de garantias; Diretiva 2008/7/CE; artigo 63.º TFUE Doutrina Administrativa e Informações Vinculativas

> de 27/03 - Medidas de simplificação fiscal. para doentes celíacos. Amplitude da isenção de IRC - Taxas de acesso a Plataforma Informática Associação de pais com rendimentos de ATL Alínea a) do n.º 1 e n.º 6 Rendimentos de trabalho por conta de outrem - compensação pecuniária global determinada em acordo judicial - retenção na fonte Indemnização atribuída por danos não patrimoniais com origem em contrato de prestação de Alienação de imóvel de herança indivisa - apuramento das guotas-partes Alienação de quinhão hereditário

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da Portaria nº 230/2019, de 23/07 (código 1219) Categoria A - Taxa de retenção na fonte aplicável mensalmente pela entidade devedora Autoliquidação de imposto - Serviços de construção civil

Decreto-lei n.º 221/85, de 3 de julho - regime da margem agências de viagem Regime de bens em circulação - DL 147/2003, de 11 de julho - transporte de pneus IVA - Verba 1.14 da lista I - Produto destinado a atuar como substituto de uma refeição para o Serviço de operador TVDE - Taxa de IVA aplicável e exercício/exclusões do direito à dedução Importação de matérias prin Contratos de prestação de comercial Direito à dedução Aquisição de veículos autor publicidade dos clientes da

para do Taxa de IVA - "Pão ralado" - Verba 1.1.5 da Lista I anexa ao CIVA IVA - Verba 1.6.4 - Sultana Orange Atividade de apoio social para pessoas idosas - Verba 2.17 da Lista I e Verba 3.1 da Lista II Anexas Aplicação da verba 2.27 Lista I anexa ao CIVA - Imóveis afetos à habitação Taxa de IVA "ventiladores de anestesia" - verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA Taxa de IVA a aplicar na transmissão de "desfibrilhadores" - VERBA 2.5 E 2.6 DA LISTA I do CIVA IVA - Transmissão de animais para espetáculos de tauromaquia Art.º 8º RITI Direito à dedução - opção- OSS Venda de malha para confeção de peças de vestuário a SP estabelecidos noutros EM, cujos confecionadores que procedem à sua transformação, por indicação do adquirente, se encontram

Regulamento (UE) 2025/1047 da Comissão Altera o Regulamento (UE) 2023/1803 quanto à Norma Internacional de Relato de 27 de maio de 2025 Financeiro (NIRF) 9 e à NIRF 7 Segurança Social Alargamento do prazo para entrega das contas das IPSS relativas a 2024 Segurança Social Pedido de destacamento de trabalhadores copyright © VERBO**CHAVE** 2025 · Se desejar cancelar a subscrição desta newsletter, por favor faça *reply* deste e-mail com assunto "cancelar".

Rua Mouzinho da Silveira, nº27 - 5ºA · 1250-166 Lisboa · Portugal · T +351 213 570 797 · www.verbochave.pt

junho 2025

Agenda Fiscal

Dia 2

IUC

Pagamento do Imposto Único de Circulação de maio 2025

IRC / IRS - Modelo 30

Envio da Declaração Modelo 30 dos rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes no mês de março.

IRS – Modelo 18

Envio da Declaração Modelo 18, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades emitentes de vales de refeição e outros títulos de compensação extrassalarial.

AIMI

Entrega pelos sujeitos passivos casados sob os regimes de comunhão de bens, que não optem pela tributação conjunta para efeitos do Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI), de declaração conjunta identificando a titularidade dos prédios que são bens próprios de cada um deles e os que são bens comuns do casal, caso pretendam ser tributados individualmente em função dos seus prédios e da sua parte nos bens comuns, conforme previsto no artigo 135.º-D do Código do IMI.

Dia 5

IRS / IRC / IVA - SAF-T Faturação

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

Dia 11

IRS / IRC / SS - Declaração Mensal de Remunerações AT/SS

Envio da Declaração Mensal de Remunerações AT/SS, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente para comunicação dos rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

Dia 15

INTRASTAT

Envio da Declaração Intrastat por parte dos sujeitos passivos cujos montantes anuais transacionados ultrapassem o limiar de assimilação definido pelo INE, anualmente, relativamente às operações do mês anterior.

Dia 16

IRC - Modelo 22

Envio da Declaração periódica de rendimentos Modelo 22, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades sujeitas a IRC, cujo período de tributação seja coincidente com o ano civil. - Despacho SEAF n.º 79/2025 XXIV

IVA - Opção IVA Importações Prazo para opção pela modalidade de pagamento do IVA das impor-

tações de bens através da declaração periódica mensal no Portal das Finanças, para começar no mês seguinte.

IRS / IMT / IS - Modelo 11 Envio da Declaração Modelo 11, por transmissão eletrónica de dados,

pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das relações dos atos praticados no mês anterior.

Dia 20

Entrega da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivo pagamento.

IS - Declaração Mensal de Imposto do Selo

IVA - Declaração Recapitulativa - Regime Mensal Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de

dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

IVA - DP IVA Regime Mensal

Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas em abril.

SS - Pagamento

Pagamento das contribuições para a Segurança Social IRS / IRC - Declaração de retenções na fonte de IRS / IRC

Envio da declaração e pagamento do IRS e IRC retido no pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos, referentes ao mês anterior.

Dia 24 BANCO DE PORTUGAL - COPE

- Despacho SEAF n.º 79/2025 XXIV

COPE - Comunicação de Operações e Posições com o Exterior relativas ao mês anterior.

IVA - Pagamento Regime Mensal

Dia 30

Dia 25

mensal, relativo às operações efetuadas em abril.

Pagamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) - Superior a 500€

Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal

IRC / IRS - Modelo 30

IRS - Modelo 49

Envio da Declaração Modelo 30 dos rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes no mês de abril.

IMI Pagamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) - Igual ou inferior

a 100€ - Despacho SEAF n.º 79/2025 XXIV

Envio da Declaração Modelo 49 por transmissão eletrónica de dados,

pelos sujeitos passivos que tenham auferido rendimentos de fontes estrangeiras relativamente aos quais haja lugar à atribuição de crédito de imposto por dupla tributação internacional quando o montante do imposto pago no Estado da fonte não esteja determinado até ao termo do prazo geral de entrega da declaração Modelo 3.

Envio ou confirmação, caso esteja abrangido pela declaração automática, por transmissão eletrónica de dados, da declaração de rendimen-

IRS - Modelo 3

tos Modelo 3 de IRS e respectivos anexos. **IUC**

IMI

Pagamento do Imposto Único de Circulação de junho de 2025

e inferior a 500€ - Despacho SEAF n.º 79/2025 XXIV IRS - Modelo 19

Pagamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) - Superior a 100€

Envio da Declaração Modelo 19, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades patronais que criem ou apliquem, em benefício de tra-

balhadores ou membros de órgãos sociais, de planos de opções, de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente. **Notas**

Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais.

As informações constantes deste documento são passíveis de ser alteradas, nomeadamente nos prazos, por força de legislação que vier a ser produzida.

Dia 7

IRS / IRC / IVA - SAF-T Faturação

Agenda Fiscal

em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA. **Dia 10**

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, dos elementos

das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou co-

letivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal

Envio da Declaração Mensal de Remunerações AT/SS, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do

trabalho dependente para comunicação dos rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a con-

IRS / IRC / SS - Declaração Mensal de Remunerações AT/SS

tribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior. **Dia 15 INTRASTAT** Envio da Declaração Intrastat por parte dos sujeitos passivos cujos mon-

tantes anuais transacionados ultrapassem o limiar de assimilação definido pelo INE, anualmente, relativamente às operações do mês anterior.

de 14/06

Prazo para opção pela modalidade de pagamento do IVA das importações de bens através da declaração periódica mensal no Portal das Finanças, para começar no mês seguinte.

Envio da Informação Empresarial Simplificada / Declaração Anual (IES/ DA), por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos a ela obrigados, cujo período de tributação seja coincidente com o ano civil, com os correspondentes anexos. Despacho n.º SEAF 29/2025 - XXIV,

IMT – Imóveis transmitidos

IVA - Opção IVA Importações

IRS / IRC / IVA / SELO - IES

Envio por transmissão eletrónica de dados de relação pelos serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, comprovativo de transmissão de imóveis situados em Portugal, operada no estrangeiro e legalizados no trimestre anterior. IMI – Modelo 2

Envio da Declaração Modelo 2, por transmissão eletrónica de dados,

por parte das entidades fornecedoras de água, energia e do serviço fixo de telefones, dos contratos celebrados com os seus clientes, bem

BANCO DE PORTUGAL

como as suas alterações, que se tenham verificado no trimestre anterior. **Dia 21**

COPE - Comunicação de Operações e Posições com o Exterior relativas ao mês anterior.

IRS - PPC

Pagamento por conta em IRS - categoria B

IVA - Declaração Recapitulativa - Regime Mensal Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês

anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

dos, pelos sujeitos passivos do regime normal trimestral que tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de

serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membro, no trimestre anterior, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA e o montante das transmissões intracomunitárias a incluir não tenha excedido € 50.000 no trimestre em curso ou em qualquer um dos 4 trimestres anteriores.

IRS / IRC - Declaração de retenções na fonte de IRS / IRC Envio da declaração e pagamento do IRS e IRC retido no pagamen-

julho 2025

to ou colocação à disposição dos rendimentos, referentes ao mês anterior. IVA - Declaração Periódica - Regime Mensal

Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados,

acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas em maio.

SS Pagamento das contribuições para a Segurança Social.

IVA - Pagamento - Regime Mensal Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal

Dia 25

mensal, relativo às operações efetuadas em maio. **Dia 31**

IRC / IRS - Modelo 30 Envio da Declaração Modelo 30 dos rendimentos pagos ou colocados

à disposição de sujeitos passivos não residentes no mês de maio.

SS – Declaração Trimestral Envio da Declaração Trimestral pelos Trabalhadores Independentes referente aos rendimentos obtidos em abril, maio e junho.

IRS / IRC - Modelo 40 Envio da Declaração Modelo 40, por transmissão eletrónica de dados,

pelas instituições de crédito e sociedades financeiras e as demais en-

tidades que prestem serviços de pagamento, relativamente ao valor

dos fluxos de pagamentos efetuados, no ano civil anterior, através de

cartões de crédito e de débito ou por outros meios de pagamento eletrónico, por sujeitos passivos de IRS ou IRC.

IUC Pagamento do Imposto Único de Circulação de julho 2025 IRS – Modelo 33 Envio da Declaração Modelo 33, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades registadoras ou depositárias de valores mobiliários.

Envio da Declaração Modelo 31, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras dos rendimentos sujeitos a retenção na fon-

IRS - Modelo 31

isenção, dispensa de retenção ou redução de taxa e sejam residentes em território português. **IFR** Comunicação da IFR ¿ Informação Financeira de Residentes, pelas

instituições financeiras à AT das informações relativas às contas financeiras por si mantidas cujo saldo ou valor agregado, no final do ano

civil, exceda € 50.000, cujos titulares ou beneficiários sejam residentes

te a taxas liberatórias (artigo 71.º do CIRS) cujos titulares beneficiem de

em território nacional. IRC - PPC e PAC em IRC

Envio da Declaração Modelo 34, por transmissão eletrónica de dados,

pelas entidades emitentes de valores mobiliários sujeitos a registo ou deposito em Portugai.

IRS - Modelo 34

Notas Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais. As informações constantes deste documento são passíveis de ser alteradas, nomeadamente nos prazos, por força de legislação que vier a

IS - Declaração Mensal de Imposto do Selo Entrega da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivo Pagamento por conta e Pagamento adicional por conta (se aplicável) pagamento.

IVA - Declaração Recapitulativa - Regime Trimestral ser produzida. Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de da-